



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

SILVA, Jovelina Gonçalves Reis da. **Avaliação da aprendizagem na educação profissional**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2025.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a avaliação da aprendizagem na educação profissional partindo da prática de educadores que atuam nesse segmento. A metodologia aplicada foi uma pesquisa de campo realizada com educadores, que atuam no ensino profissional para saber de que forma a avaliação dos estudantes é trabalhada em suas aulas. Apesar do tema avaliação da aprendizagem ser fonte inesgotável de análise e de ser uma temática consolidada por sua utilização ao longo dos anos em todas as etapas, modalidades e níveis da educação em todo o mundo. A avaliação da aprendizagem referente à educação profissional, de acordo com estudos, denota alguns vieses que diferem da educação formal. A diferença se dá nas formas pelas quais são concebidas, por se tratar de estudo que alia conhecimentos teóricos e práticos ao mesmo tempo. A pesquisa foi qualitativa e referendada por autores, contudo, os que me serviram de alicerce foram, Luckesi (1984) e Jussara Hoffmann (1993).

Palavras-chave: Educação. Avaliação. Educação Profissional.

SUMMARY

This article aims to reflect on the assessment of learning in professional education based on the practice of educators who work in this segment. The methodology applied was a field study conducted with educators who work in professional education to find out how student assessment is handled in their classes. Although the topic of learning assessment is an inexhaustible source of analysis and is a consolidated theme due to its use over the years in all stages, modalities and levels of education throughout the world, the assessment of learning related to professional education, according to studies, denotes some biases that differ from formal education. The difference lies in the ways in which they are conceived, since it is a study that combines theoretical and practical knowledge at the same time. The research was qualitative and endorsed by authors, however, those who served as a foundation for my work were Luckesi (1984) and Jussara Hoffmann (1993).

Keywords: Education. Assessment. Professional Education.

INTRODUÇÃO

O universo avaliação da aprendizagem em educação profissional ainda carece de um sistema organizado. Independente dos tipos de testes ou questionários utilizados na avaliação, é fundamental compreender que essas avaliações precisam ser planejadas. O planejamento avaliativo perpassa por alguns questionamentos norteadores: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar a educação profissional? Como utilizar os resultados da avaliação? Com um planejamento detalhado da avaliação da educação profissional, que considere os objetivos a

execução e a devolução dos resultados para os estudantes, para os educadores e para a instituição de ensino, de forma sistemática, analítica e construtiva, pode-se aumentar a eficácia do processo de ensino e de aprendizagem e contribuir, de forma significativa, para o pleno desenvolvimento da competência.

A avaliação da aprendizagem é o resultado que se dá por meio do processo de ensino e aprendizagem ao longo de um determinado período de estudos mediados ou não por um educador, presentes ou não em sala de aula com também em outros ambientes educacionais propícios, que possibilitem a interação de estudantes com a modalidade de ensino ofertada. Todo esse aparato tem como objetivo principal a formação do estudante, como ele vai ser capacitado, de quais formas a instituição educacional pode ajudar em seu processo de desenvolvimento.

Essa abordagem fica evidente porque também perpassa pela formação continuada de educadores na realização de sua função, especificamente no processo de ensino e aprendizagem em educação profissional, que por ser uma modalidade de ensino com especificidades próprias latentes, requer um olhar um tanto quanto mais apurado em virtude de não ser somente o conteúdo teórico que irá abordar em sala de aula, mas também as atividades práticas profissionalizantes.

A recomposição sociopolítica e econômica que ocorre atualmente no país e as demandas tecnológicas repercutem no mundo e no mercado de trabalho provocando uma reorganização na educação profissional. Atualmente os jovens precisam ingressar no mundo do trabalho, não só com conhecimentos técnicos adquiridos, mas com outras competências como saber trabalhar em equipe, ser capaz de tomar iniciativas e contribuir por meio da sua atividade profissional com as transformações sociais.

A partir desse pressuposto buscamos compreender a visão dos educadores do ensino técnico profissional, na forma subsequente e que se destina a quem já tenha concluído o ensino médio, conforme estabelece o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre a avaliação no processo de ensino e aprendizagem desses futuros técnicos, uma vez que o perfil do jovem trabalhador deve contemplar não somente os aspectos relacionados a uma educação propedêutica que valoriza o método tradicional de avaliar.

Esse trabalho foi referendado por diversos autores que motivados pela temática Avaliação, tem se debruçado em estudos mais aprofundados, porque entendem a avaliação como parte integrante do processo de ensino aprendizagem,

tanto dos estudantes como dos educadores e demais membros da comunidade escolar que se fazem presentes no cotidiano da vida escolar e se não são, devem ser envolvidos no referido processo. Irei citar alguns dos autores que utilizei como base da minha pesquisa, Carlos Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, Philippe Perrenoud, Lucília Regina de Souza Machado e demais documentos legais que norteiam a política de educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A relação entre educação e trabalho existe desde os primórdios, se redesenhando por meio da organização da sociedade em sistema feudal, ante o surgimento dos donos das terras e daqueles que os serviam, e posteriormente na ascensão do capitalismo por meio da globalização proporcionada pelo meio de produção industrial.

De acordo com Canali (2010, p. 24), com a necessidade de integrar ao sistema produtivo, o ensino básico qualificou os trabalhadores para operacionalização de maquinário, por meio da integração de qualificação mínima ao currículo. No que tangia às tarefas mais específicas, foram criados os cursos profissionais dispostos no interior das firmas e do sistema de ensino. Consideravam os padrões escolares, porém, atendendo as necessidades de produção. Assim, surgiram as escolas profissionais e as de formação geral.

A história da formação para o trabalho no Brasil encontra sua gênese no período colonial. Seus primeiros aprendizes delimitavam-se àqueles advindos das classes menos favorecidas – índios e escravos – e a principal atividade era a produção açucareira no âmbito dos engenhos, local em que aqueles possuíam mais experiência, transmitiam as técnicas necessárias ao trabalho aos que estavam iniciando o manejo das ferramentas que seriam utilizadas. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, novas formas de organização do trabalho foram aparecendo (FONSECA, 1986).

Portanto, com a mudança da família real para o Brasil no início do século XIX, diversos foram os ganhos no desenvolvimento do país, dentre tantos, inicialmente a abertura dos portos e a permissão para instalação de fábricas. Com a chegada da corte aqui, na área educacional, foram criadas importantes instituições – como as escolas superiores.

Dentro desse contexto, observou-se a criação da primeira escola técnica no país, o Colégio das Fábricas (1809), bem como o incentivo e posterior efetivação da instrução primária gratuita a todos os cidadãos – das Escolas de Primeiras Letras (1827) em todo o território nacional. No fim do século XIX, observou-se a Proclamação da República e com ela a Constituição de 1891, a qual apontou a responsabilidade da União para com o ensino superior, e aos estados cabia legislar sobre o ensino primário e secundário. Ainda não se tinha definido entre os estados a obrigação e a gratuidade da educação (CORDÃO; MORAES, 2017, p.40).

No início do século XX, a educação profissional deixou de ter uma perspectiva assistencialista para ocupar-se da preparação de operários para o exercício profissional. Sendo assim criado em 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizes Artífices distribuída em 19 unidades da Federação. Ao longo dos anos várias reformas ocorreram na educação brasileira, especialmente no ensino profissionalizante que já esteve vinculado obrigatoriamente ao ensino médio.

A criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que perdurariam dez anos, culminando em 1961. A LDB, promulgada no governo João Goulart, foi uma grande vitória para o ensino técnico e profissional. Ela trazia no capítulo três, todo dedicado a esse tema e equiparava o ensino técnico ao acadêmico, desde que apresentasse similaridades de conteúdo formativo. No fim do período militar, iniciou-se o processo de redemocratização e nesse período, em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, vigente até os dias atuais. Nela, já no Art. 205, o primeiro da Seção I, do Capítulo III, que trata da educação, encontra-se a relação educação e trabalho.

Pode-se observa que essa Constituição envolve a educação com muito mais vigor. A Seção da educação finaliza retomando no inciso IV, do Art. 214, que o ensino deve assegurar a formação para o trabalho.

A promulgação da nova Carta Magna, já no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi a instituição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996, vigente até os dias atuais. O Decreto 2.208, de 1997, que regulamentava o parágrafo 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 desta Lei. Esse decreto viria a ser revogado em 2004 pelo Decreto 5.154, que além da oferta concomitante e subsequente, possibilitou que a educação profissional técnica de nível médio fosse articulada e integrada ao ensino médio.

Em 2008 foram fundados os Institutos Federais de Educação (IF's), substituindo os então Cefets, e aglomerando outras escolas federais existentes. Em 2012 o Conselho Federal de Educação por meio da Resolução CNE/CEB nº 6, formulou as novas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Nesse ínterim, considerando a história recente da educação profissional no Brasil, alguns programas e projetos voltados à qualificação para o trabalho merecem destaques, quais sejam: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Brasil Profissionalizado e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Contextualizando essa ideia, Silva *et al.* (2011, p. 6887) afirma que

A importância da Educação se reconhece nos sujeitos. Ela exerce grande poder no meio social, político, econômico e cultural. Não é em vão que a sociedade a toma como principal meio de redução das desigualdades sociais e combate à pobreza. Também não é sem intenção que os governantes levantam as bandeiras relacionadas a ela. Embora sociedade e Estado tenham interesses distintos.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei 13.005, com validade para os dez anos seguintes e objetivo de cumprir o disposto no Art. 214 da Constituição. Além de pontuar na lei, as diretrizes de melhoria de qualidade e formação para o trabalho, dentre as vinte metas do PNE no que diz respeito à educação profissional, destacam-se as metas dez e onze, quais sejam:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (BRASIL, 2014).

Em vistas aos reflexos nos dias atuais, devemos considerar, principalmente, mudanças ocorridas partir do período de 1988, passando por 1996, 2008 e 2016, tendo como base os vários estímulos despendidos por parte do governo federal, uma vez que algumas redes estaduais começaram a implementar e promover seus projetos de educação profissional integrada ao ensino médio, como fator primordial para

reestruturação desse nível educacional, possibilitando a oferta de educação em tempo integral, inserção no mercado de trabalho e igualdade de concorrer a vagas em cursos superiores de universidades públicas.

Apesar de todas as transformações ocorridas na educação brasileira, o ensino técnico ainda é destinado a uma parcela de estudantes de classes populares que não conseguiram ingressar nas universidades e buscam melhores oportunidades de emprego.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A AVALIAÇÃO

A prática escolar é, predominantemente, composta por provas e exames, em vez de avaliações. Os modelos de exames que utilizamos atualmente foram desenvolvidos ao longo do século XVI, com o surgimento da escola moderna, caracterizada pelo ensino simultâneo, onde o professor ensinava vários estudantes ao mesmo tempo. Nesse contexto, a avaliação passou a ser um instrumento de seleção e exclusão, onde o aluno precisa obter boas notas para competir pelas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

De acordo com Luckesi (1984), o modelo tradicional de avaliação nas escolas tem como principal função classificar o indivíduo. Esse modelo está vinculado a uma concepção conservadora de educação, que vê a escola como um meio de manutenção e reprodução das condições sociais, promovendo práticas autoritárias de avaliação. Por outro lado, a pedagogia emancipadora adota a perspectiva de transformação social, permitindo que o aluno desenvolva uma visão crítica do mundo.

Para que haja uma ruptura com o modelo tradicional, é necessário que a avaliação educacional tenha um papel diagnóstico, que favoreça o crescimento do aluno e possibilite reflexão, além de orientar as decisões pedagógicas, ajustando a prática do professor em prol do desenvolvimento do estudante. A forma como a avaliação é realizada atualmente não está estimulando essa reflexão sobre a prática pedagógica, pois as condições de ensino permanecem as mesmas. Com uma função apenas classificatória, a avaliação não contribui para o avanço do aluno e do processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, se fosse diagnosticada, como afirma Luckesi (1984), a avaliação poderia ser muito mais relevante educacionalmente.

Hoffman (2003) destaca a importância de os educadores refletirem e tomarem

consciência sobre a concepção distorcida que têm de avaliação, frequentemente entendida apenas como uma análise de resultados, desvinculada da ação educativa. A avaliação deveria focar na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto os exames, centrados no julgamento de aprovação e reprovação, se tornam excludentes, como observa Luckesi.

Perrenoud (1999) define duas lógicas para compreender o papel da avaliação no desempenho escolar: a lógica de seleção da aprendizagem, na qual os alunos são comparados e classificados conforme uma norma de excelência, muitas vezes imposta pelo professor e pelos melhores alunos.

Para Luckesi (2002), a avaliação é um diagnóstico que pode ser registrado por meio de uma nota, mas a nota em si não é uma avaliação, pois não reflete o real aprendizado do aluno. No contexto da educação profissional, a avaliação deve seguir os mesmos princípios de outras modalidades de ensino, mas com particularidades nas formas de execução e nos métodos de aplicação, já que envolve uma maior diversidade de situações e requer a observação do desempenho do estudante, especialmente por integrar teoria e prática.

Machado (2008, p. 18) afirma que “o professor da educação profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos nos quais estão inseridos”. O aluno do ensino profissionalizante precisa ser preparado e avaliado para atuar de maneira crítica e eficaz no contexto social, com noções de ética e cidadania, além de um domínio profundo de sua profissão. Hadji (2002, p. 29) complementa: “não se trata de conhecer por conhecer, de interpretar para saber, mas de compreender para agir”.

No ensino profissionalizante, a avaliação deve ir além de uma simples nota ou conceito que determine se o aluno foi aprovado ou reprovado. Ela deve ser vista como um processo preparatório para a inserção no mercado de trabalho, onde, além do conhecimento técnico, o futuro profissional deve também dominar aspectos psicossociais e profissionais essenciais para sua atuação no mercado de trabalho.

MÉTODO

Para a realização deste trabalho, escolhi como metodologia a pesquisa de campo, que me permitiu investigar dados por meio da análise bibliográfica e

documental, além da coleta de informações diretamente com os educadores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, focada na compreensão dos conceitos e da subjetividade dos entrevistados, além da obtenção de dados que possibilitaram a mensuração do público-alvo (professores e coordenadores pedagógicos). O método adotado foi o estudo de caso, realizado com os educadores do ensino técnico nas modalidades integrada e subsequente do Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará – Centec Abaitará, localizado em Pimenta Bueno-RO.

A pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: 1) análise de leis, decretos e medidas provisórias relacionadas ao tema; 2) aprofundamento no estudo da literatura sobre avaliação; 3) aplicação de questionários aos docentes que atuam no ensino técnico nas modalidades integrada e subsequente.

A escolha da instituição se deu devido à sua vasta experiência no desenvolvimento de cursos técnicos e à oferta de vagas nas modalidades mencionadas, além de seu compromisso em preparar candidatos para ingressar, retornar ou expandir seus conhecimentos, visando sua inserção no mercado de trabalho.

A instituição oferece cursos técnicos em todas as modalidades de ensino, ou seja, integrado, concomitante e subsequente, destinados a jovens que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino médio, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, art. 36-B. No entanto, decidi concentrar a pesquisa nas modalidades integrada e subsequente, pois a abrangência da oferta é maior, atendendo não apenas aos estudantes do ensino médio, mas também à população em geral que já completou a educação básica.

Para esta pesquisa, o questionário foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms ao Coordenador Pedagógico da instituição, que ficou responsável por informar e incentivar os educadores a responderem o instrumento. Foi estabelecido como critério que os participantes atuem nos cursos técnicos de nível médio em disciplinas específicas de formação profissional nos cursos oferecidos pelo Centec Abaitará, como os de Agroecologia, Zootecnia, Agropecuária e Agronegócio. Todos os educadores foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram em participar, desde que fosse garantido o anonimato. Para assegurar o sigilo, os relatos foram apresentados de forma generalizada, sem citar os autores das declarações.

A escolha da plataforma Google Forms se deve ao fato de a instituição estar

localizada em uma área rural do município de Pimenta Bueno, em Rondônia, facilitando o acesso remoto e a participação dos educadores.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semi-orientado, aplicado aos educadores selecionados, independentemente do turno de trabalho, entre os dias 28 de fevereiro e 8 de março de 2024, na instituição mencionada. Antes da aplicação do questionário, foi explicado o objetivo da pesquisa, que consistia na coleta de dados para análise posterior. Os educadores tiveram total liberdade e privacidade para responder às quatro perguntas de acordo com seu entendimento individual.

O questionário teve como propósito alcançar os objetivos da pesquisa e abordou os seguintes aspectos: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? Como utilizar os resultados da avaliação? As respostas foram analisadas com base no referencial teórico de Luckesi e outros autores relevantes.

A pesquisa realizada com os educadores do Centec Abaitará abrangeu 100% dos docentes que trabalham exclusivamente com os componentes curriculares dos cursos técnicos. Todos os educadores são graduados e pós-graduados em diversas áreas, sendo que um deles possui Mestrado. A experiência de ensino dos professores varia de 3 a 15 anos.

A análise das respostas foi organizada de acordo com os itens das perguntas enviadas, que serviram como roteiro para os educadores. O tema abordado foi "Avaliação" e o questionário continha quatro questões. Em resposta à primeira pergunta, sobre *para que avaliar*, os educadores indicaram as seguintes razões: para entender o impacto das atividades propostas, verificar se o aluno compreendeu o conteúdo, testar a dinâmica da aprendizagem, acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, avaliar o aprendizado e, a partir disso, realizar o replanejamento das estratégias de ensino. Também destacaram a importância da avaliação para garantir que os alunos adquiram as habilidades e conhecimentos necessários para o sucesso nas suas carreiras e assegurar a qualidade dos cursos, além de ser um instrumento para corrigir o processo de ensino-aprendizagem.

Para Luckesi, a avaliação, em muitas escolas, ainda está desvinculada dos processos de ensino e aprendizagem. Essa concepção cria um ambiente propício à

proliferação do autoritarismo, transformando provas e notas em mecanismos de punição e exclusão de alguns alunos. Em *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições*, Luckesi questiona: o que fazer para que o ato de avaliar tenha como foco observar a experiência em sala de aula, com o objetivo de orientá-la para obter os melhores resultados possíveis?

Ele defende que a prática avaliativa seja revista, não mais com fins classificatórios e seletivos, mas com objetivos diagnósticos e inclusivos. Para implementar isso, a avaliação deve ser vista como um espelho, permitindo que a escola, os professores e os alunos se auto avaliem e busquem transformar suas práticas. Vale ressaltar que muitos professores, de forma inconsciente, acreditam que avaliam seus alunos, mas, na realidade, estão apenas examinando-os, com um objetivo de controle disciplinar.

Na segunda questão, o que avaliar, as respostas foram interpretadas de duas maneiras: alguns educadores entenderam que a avaliação deve abranger todos os envolvidos no processo, incluindo o desempenho dos professores e sua didática, enquanto outros destacaram que devem ser avaliados os conteúdos aplicados, essenciais para a formação técnica e profissional, além das competências técnicas, práticas, atitudes e postura profissional, a fim de garantir uma formação completa para o mercado de trabalho. De acordo com Luckesi, avaliar é investigar a qualidade do desempenho dos alunos, com foco na melhoria do aprendizado, sendo, portanto, um processo inclusivo. Assim, a avaliação deve englobar todos os aspectos envolvidos no processo educativo, como materiais didáticos, a sala de aula, o professor, a escola e o sistema de ensino.

Na terceira pergunta, como avaliar em Educação Profissional, as respostas foram: após a teoria, realizar atividades práticas para consolidar o aprendizado, diversificar as práticas profissionais para destacar os alunos, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nas técnicas e práticas, avaliar conforme a legislação vigente, considerando conhecimentos teóricos e práticos relevantes, e utilizar avaliações práticas, teóricas, baseadas em desempenho, simulações e projetos, sempre alinhadas à satisfação dos alunos. Curiosamente, nenhum professor mencionou o uso de provas, questionários ou trabalhos que atribuem notas com o objetivo de determinar a aprovação ou reprovação do aluno, práticas comuns no sistema educacional para documentar a adequação do conhecimento técnico do aluno. Isso reflete a ideia de Luckesi, de que estamos condicionados a padrões

automáticos de conduta, como as representações sociais sobre avaliação e exame.

Na quarta e última questão, como utilizar os resultados da avaliação, as respostas foram: primeiramente, utilizar os resultados positivos como base para avançar no conteúdo e nas atividades; também foram mencionadas estratégias para analisar pontos fracos e implementar novas metodologias de ensino, além de usar os resultados para identificar o que foi retido pelos alunos e corrigir eventuais defasagens no aprendizado. Um professor destacou que os resultados podem ser usados para melhorar a qualidade do ensino, atender às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho, e garantir que os programas de educação profissional preparem adequadamente os alunos para suas futuras carreiras.

Finalizando, retomo a citação de Luckesi (2002): “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, com o objetivo de orientá-la para obter o melhor resultado possível, sendo, portanto, um processo inclusivo. Já o ato de examinar é classificatório e seletivo, e por isso excludente. Existe um grande equívoco em afirmar que se está avaliando, quando, na verdade, o que se faz é aplicar exames, o que se torna uma prática automática e inconsciente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi fornecer subsídios para contribuir com a melhoria da qualidade das avaliações dos estudantes que cursam a educação profissional. A compreensão é que, para os alunos dessa modalidade, a avaliação não deve ser

apenas uma nota ou conceito que determine sua aprovação ou reprovação, mas sim um instrumento adicional dentro do processo de preparação para sua entrada no mercado de trabalho.

A formação acadêmica dos professores precisa abordar mais aspectos relacionados à educação profissional. Embora a maioria seja composta por professores graduados, com licenciatura ou em outras áreas específicas, qualificados para ministrar aulas em cursos profissionalizantes, o professor da educação profissional também deve atuar como mediador no processo de ensino-aprendizagem, incentivando o pensamento crítico e reflexivo nos alunos sobre o contexto em que vivem.

Entretanto, vale destacar a dificuldade de implementar um sistema de avaliação construtivo em instituições de ensino técnico de nível subsequente, onde os componentes curriculares têm duração média de dois meses. Esse período curto de tempo impede que os professores acompanhem mudanças comportamentais mais profundas nos alunos, que exigem mais tempo para consolidar novas condutas.

A avaliação, quando integrada ao processo de aprendizagem, se alinha às perspectivas da pesquisa-ação, que entende o ensino como um processo contínuo e em espiral, envolvendo ação, observação, reflexão e nova ação. Essa abordagem considera a interação humana e a intervenção social como elementos centrais em todos os processos formativos, reconhecendo-os como um esforço constante de busca e construção coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** *Eccos Revista Científica* São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base***. Disponível em: <URL>. Acesso

em: 03 jun. 2015.

BEZERRA, L. F. C. **As bases da industrialização brasileira à época do desenvolvimento do ensino técnico.** In: PEGADO, Érika Araújo da Cunha (Org.). A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do XX ao alvorecer do século XXI. Natal: Editora do CEFET-RN, 2006.

BRASIL. **Lei 9.294, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

CRESWELL, J. W. **Projetos de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; FLACSO, 2005.

DELGADO, D. M. **Inovação em educação na berlinda: da instrumentalização à emancipação.** *Linhas Críticas*, v. 21, n. 46, p. 764-783, 2015.

HADJI, Charles. **A avaliação a serviço dos alunos: utopia ou realidade?** In: Pátio. Porto Alegre: Artmed, jul./ago. 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora.** 16. ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LUCKESI, C. C. **Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo.** Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, n. 61, 1984.

KUENZER, A. Z. **A Educação Profissional e Tecnológica Frente à Pedagogia das Competências.** 2021.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial.** In: Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, T. F. **A educação profissional e tecnológica a partir das novas diretrizes: da precarização à privatização.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, p. 205-228, 2021.

PERRENOUD, P. **Não mexam na minha avaliação!** Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. (Org.). *Avaliações em educação: novas perspectivas*. Porto Alegre: Porto Editora, 1999.